

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	13
RESUMO	27
ABSTRACT	29
INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO 1 - ESTAGNAÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS JURISDICIONAIS	51
1.1 Desenvolvimento Histórico da Teoria Geral da Responsabilização Civil do Estado	52
1.2 Teoria da Irresponsabilidade Civil do Estado	54
1.3 Teoria da Responsabilidade Civil do Estado com fundamento na culpa	60
1.4 Teoria da Responsabilidade Civil Objetiva do Estado	64
1.5 A Assembleia Nacional Constituinte e a Responsabilidade Civil do Estado por ato jurisdicional	75
1.5.1 Antecedentes e a Comissão Afonso Arinos	75
1.5.2 Os debates na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988	81
1.6 A tese restritiva da responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais: um desacerto da constituinte	93
1.7 O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 126 de 2015 (PLC 126/2015)	113
1.8 Conclusões parciais	115
CAPÍTULO 2 - DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS COMO PROTEÇÃO CONTRA O RISCO JUDICIAL ANORMAL	119
2.1 Enquadramento teórico das cláusulas restritivas aos direitos humanos fundamentais: algumas premissas relevantes	120

2.2 Direitos humanos fundamentais sob tensão nos processos de controle da antijuridicidade penal e da proibidade administrativa.....	137
2.2.1 Direito à honra	138
2.2.2 Direito à propriedade	141
2.2.3 Direito à imagem.....	143
2.2.4 Direito ao trabalho	153
2.2.5 Direito à liberdade de locomoção: liberdade de ir e vir.....	158
2.3 Conclusões parciais.....	162

CAPÍTULO 3 - RISCO JURISDICIONAL ANORMAL NA ATUAÇÃO DO ESTADO-JUIZ

3.1. Risco jurisdicional anormal como elemento de responsabilização civil do Estado.....	165
3.1.1 Risco judicial normal	168
3.1.2 Risco judicial anormal ou extraordinário.....	171
3.2 Excessiva judicialização no Brasil e o risco jurisdicional anormal ou extraordinário.....	180
3.2.1 Ativismo judicial como fonte de risco judicial anormal ou extraordinário.....	188
3.3. A mídia como elemento potenciador do risco judicial anormal ou extraordinário.....	192
3.3.1 A exposição midiática das decisões judiciais: publicidade versus privacidade na apuração de desvios de condutas.....	194
3.3.2 Mídia, autoridade e violação aos direitos da personalidade	201
3.4 O risco judicial potencializado pela utilização do inconstitucional princípio <i>in dubio pro societate</i> e sua aplicação ao Direito Processual Penal e às ações de improbidade administrativa. A justa causa como condição da pretensão sancionatória.....	237
3.5. A prova e a medida cautelar: a necessidade de superação do princípio do <i>in dubio pro societate</i>	244
3.6. Conclusões parciais.....	254

CAPÍTULO 4 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS DO PODER JUDICIÁRIO: APLICAÇÃO DO ARTIGO 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988.....	259
4.1 Mutação constitucional: a necessária “revisão” do alcance do artigo 37, § 6º da Constituição da República de 1988	259
4.1.1 Apontamentos iniciais.....	259
4.2 Modalidades de mutação constitucional	262
4.2.1 Mutação constitucional por via de costume.....	262
4.2.2 Mutação constitucional pela atuação do legislador	264
4.2.3 Mutação constitucional por mudança de interpretação.....	266
4.3 Condicionamentos e limites da mutação constitucional	270
4.4 A (necessária) mutação constitucional do art. 37, § 6º, da CRFB/1988	272
4.4.1 O cenário atual: a irresponsabilidade estatal por atos jurisdicionais	272
4.4.2 Perspectivas para o futuro: uma nova interpretação para o art. 37, § 6º, da CRFB/1988	276
4.5 As hipóteses do artigo 5º, inciso LXXV, da Constituição da República de 1988: erro judiciário e prisão além do tempo fixado na sentença.....	284
4.5.1 Prisão além do tempo fixado na sentença.....	284
4.5.2 Erro judiciário	286
4.6 Responsabilidade Civil do Estado por atuação jurisdicional ilícita...300	
4.6.1 O artigo 143 do Código de Processo Civil. Se o juiz responde regressivamente, quem responderá primariamente?	300
4.6.2 Ilícitos praticados por magistrados durante a instrução do processo	311
4.6.3 O abuso de poder jurisdicional como fonte da responsabilização civil do Estado-Juiz. Previsão expressa do dever de indenizar na Lei Federal n.º 13.869/2019 (Lei de abuso de autoridade).....	328
4.6.4 Prisão ilegal, omissão de relaxamento de prisão e substituição de pena privativa de liberdade por medida cautelar diversa.....	332
4.6.5 Dano injusto decorrente de medida cautelar de condução coercitiva de investigado ou de testemunha	342
4.6.6 Dano injusto decorrente de decisão judicial lícita	348

4.6.7 Danos injustos decorrentes de decisões judiciais cautelares lícitas. O problema da “cautelarização da vida” e a morosidade na prestação da tutela jurisdicional final	356
4.6.8 Medida cautelar penal lícita de prisão e posterior absolvição ou trancamento por ausência de justa causa	359
4.7 O princípio in dubio pro societate e o deferimento de cautelares limitadoras de direito fundamental	369
4.8 Dano injusto por violação ao princípio da duração razoável do processo. A hipótese das cautelares limitadoras de direitos fundamentais	376
4.9 O artigo 302 do CPC. Responsabilidade civil de quem postula e se beneficia de tutela liminar. Responsabilidade civil da parte ou do Estado?	382
4.10 Dano injusto pela divulgação (vazamento) de informação sigilosa à imprensa. A espetacularização danosa de operações policiais	387
4.11 Omissões jurisdicionais causadoras de dano injusto	396
4.12 Omissões judiciais na Lei de Abuso de Autoridade	406
4.13 Responsabilidade pessoal do magistrado em ação de regresso	407
4.14 A demanda regressiva em face do magistrado.....	411
4.15 Direito de regresso e o artigo 28 da LINDB: Decreto n.º 4.654/1942 (Lei Federal n.º 13.655/2019)	414
4.16 Prescritibilidade da ação de regresso. Não incidência do artigo 37, § 5º da CRFB/88	416
4.17 Conclusões parciais.....	422
 CONCLUSÕES E SUGESTÕES FINAIS	 425
 REFERÊNCIAS.....	 435